

As entidades abaixo assinadas, vêm a público manifestar solidariedade aos Guarani e Kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul, que reiteradamente, vêm sofrendo ataques e ações violentas, dentre elas, por parte de “seguranças” contratados por proprietários de terra, por ataques decorrentes de intolerância étnico-racial, por interferências de relações externas ao seu modo de ser tradicional, que estão destruindo suas estruturas culturais, familiares e territoriais, resultando em mortes e ferimentos graves em vários indígenas, incluindo crianças. Um desses casos teria resultado, conforme denúncia encaminhada à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Coordenadoria Geral da República (PGR) em Brasília, no ferimento de um jovem indígena de 14 anos, Romildo Martins Ramires, que levou 18 tiros de borracha e tiros de grosso calibre e, posteriormente, ateadado em uma fogueira, em conflito com “seguranças” contratados por proprietário na área de retomada Ñu Vera Guasu e acabou não resistindo aos ferimentos (CIMI, 18/09/2019). O último conflito ocorreu no dia 03 de janeiro do corrente ano, também no Ñu Vera Guasu, que culminou no ferimento à bala de três indígenas e de um “segurança” de uma das propriedades. No dia anterior, houve um incêndio na casa de reza da Comunidade Guarani Laranjeira Nhanderu, no município de Rio Brilhante (MS). Uma situação de barbárie encontra-se instalada nessas áreas. A onda de violência que se agravou depois das eleições. Queimaram uma criança viva; outra perdeu três dedos ao pegar uma granada; uma senhora de 75 anos teve as duas pernas quebradas, quando um pistoleiro (“segurança-privada”) foi derrubar um barraco com um trator blindado, chamado pelos indígenas e “caveirão”(a senhora dormia nela, conforme depoimento dos indígenas e só não morreu, porque ficou justamente entre as rodas do trator). Esses são apenas alguns dos casos bárbaros que têm acontecido em Mato Grosso do Sul com os Guarani e Kaiowá. Negar-lhes o acesso ao território, é condenar os Guarani e Kaiowá ao desaparecimento. Reafirmamos a necessidade de manutenção do processo demarcatório das Terras Indígenas, pois trata-se de um direito pré-existente, cujo marco temporal, nas palavras de uma liderança indígena, remonta, em realidade, há mais de 500 anos. Nesse contexto, somos solidários à comunidade Guarani e Kaiowá e a todos os diferentes grupos étnicos que sofreram e sofrem processos de desterritorialização, mas que (re)existem e lutam, por recuperar suas terras tradicionais. Reiteramos a urgência, a responsabilidade e o empenho do Estado brasileiro, por parte do Ministério da Justiça e do Ministério Público Federal na resolução da questão que envolve a demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul, fundamentais para a existência e para a redução da violência contra esses povos.

Dourados-MS, 08 de janeiro de 2020.

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros (seção Dourados)

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros (Nacional)

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia Diretoria

ADUFDourados – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados

ADUFMS – Associação dos Docentes da UFMS Comitê de Defesa Popular –Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Dourados

FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SIMTED de Dourados – Sindicato Municipal de Educação de Mato Grosso do Sul Sintrae-Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Região Sul de MS SINTRAPP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região